

# **A Segurança e Defesa numa perspectiva do contexto regional ibérico: os novos instrumentos de articulação de políticas e estratégias**

**Autor:** João Jorge Botelho Vieira Borges

## **Resumo**

Nos últimos anos e, em especial, depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001, as ameaças de cariz global, como o terrorismo transnacional, as armas de destruição em massa, o crime organizado e os atentados ao ecossistema global, têm marcado a agenda diária de todos os actores do sistema político internacional.

Portugal e Espanha, confrontados com um novo posicionamento geopolítico e geoestratégico e com novos paradigmas da segurança e defesa, passaram a ter novos desafios na sua relação com as novas e velhas ameaças e riscos, de cariz global, regional e local. Tendo por base os mesmos valores e princípios, as opções e acções políticas, estratégicas e operacionais mais recentes no combate às diferentes ameaças e riscos e, particularmente, às ameaças mais específicas como o terrorismo e o crime organizado, têm sido muitas vezes concertadas com o pressuposto do interesse comum, que passa pela segurança de cada um dos Estados, da Península Ibérica, da União Europeia e de um Mundo em constante mudança.

O presente trabalho começa por um enquadramento estratégico, a que se segue a análise das ameaças e riscos e dos instrumentos de articulação de políticas e estratégias recentemente criados e implementados por Portugal e Espanha. Subsequentemente, orientamos a nossa análise no sentido da identificação e caracterização de alguns contributos para uma melhor articulação dos instrumentos e das acções, mas também para a identificação de conceitos de acção estratégica para uma nova “Estratégia de Segurança Nacional”, que salvguarde a segurança dos cidadãos portugueses e espanhóis, sem deixar de cuidar da dualidade política Ibérica determinante para a preservação de Portugal e Espanha como Estados independentes e soberanos.

“A unidade estratégica em termos de relações internacionais pressupõe a existência de dualidade política ibérica e aponta para a preservação dos seus dois Estados, como entidades independentes.”<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Com uma fronteira comum desde o século XII, a história das relações “complexas” entre Portugal e Espanha só seria normalizada a partir de 1986, com a entrada dos dois países na então CEE. Efectivamente, para além da mesma opção estratégica por uma União Europeia em crescendo como pólo de poder mundial, outros factores, como a globalização da economia e das ameaças, contribuiriam para o reforço das relações entre Portugal e Espanha.

Sem esquecermos a história das relações entre os dois países que ocupam o espaço da Península Ibérica<sup>2</sup>, o presente estudo visa analisar a situação actual e dar contributos para o futuro das relações entre Portugal e Espanha, tendo por foco a segurança e defesa. Neste sentido, começaremos por fazer um enquadramento estratégico, de modo a situarmos o contexto regional Ibérico no Mundo incerto e perigoso em que vivemos.

Caracterizaremos depois a visão que os dois países têm das ameaças e riscos, que serão levantadas, quer do ponto de vista institucional, através do estudo dos documentos mais importantes e actuais dos respectivos planeamentos estratégicos, quer do ponto de vista das percepções das respectivas sociedades, materializadas por estudos de opinião ou inquéritos ligados à segurança e defesa realizados nos dois países. Faremos depois o ponto de situação das acções desenvolvidas recentemente no âmbito da cooperação entre Portugal e Espanha, em resposta às diferentes ameaças e riscos, mas muito especialmente às ameaças de cariz específico.

Contribuiremos ainda com novos instrumentos de articulação de políticas e estratégias na área da segurança e defesa, orientados fundamentalmente para a salvaguarda da segurança em liberdade dos cidadãos portugueses e espanhóis.

Terminaremos com umas considerações finais, que pretendem constituir um contributo para a inclusão de alguns conceitos de acção estratégica, para uma ulterior, realista e exequível “Estratégia de Segurança Nacional”.

---

<sup>1</sup> Cfr. António José Telo e Hipólito de la Torre Gómez, Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos, Edições Cosmos, Lisboa, 2000, p. 318.

<sup>2</sup> Em que a estratégia nacional se baseou na manutenção do “equilíbrio peninsular” de modo a assegurar a “equipendência de poderes [...] com o seu vizinho”. Cfr. António Paulo Duarte, O Equilíbrio Ibérico: Séc. XI-XX. História e Fundamentos, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2003, p. 15.

## **2. A Segurança e Defesa no Contexto Regional Ibérico**

Em tempo de globalização informacional, económica e cultural, a globalização da violência impôs novos paradigmas na área da segurança e defesa. Efectivamente, o Mundo mudou de modo particularmente acelerado em todas as áreas de actividade e do saber, mas muito especialmente na área da segurança e defesa.

Neste contexto urge questionarmo-nos sobre qual a importância e o papel da Península Ibérica, de Portugal e de Espanha neste novo Mundo? Que tipo de acções poderão e deverão desenvolver-se, em conjunto, no sentido de fazerem face às (novas e velhas) ameaças mais prováveis, salvaguardando concomitantemente os respectivos interesses?

Tentaremos dar as respostas mais adequadas, a estas e outras questões, nas linhas que se seguem.

### **2.a. Enquadramento Estratégico**

Vinte e quatro anos após a adesão de Portugal e Espanha à então CEE (em 1986 e pouco depois à UEO, em 1988), o Mundo encontra-se significativamente diferente.

A opção estratégica pela Europa, adoptada pelos dois países *pivots* euro-afro-atlânticos, abriu indiscutivelmente novos horizontes em termos económicos, e reforçou uma relação de dependência mútua indispensável, muito facilitada pela proximidade. Independentemente do esforço conjunto de uma visão política euro-atlântica, houve ainda espaço para a necessária dualidade política, consubstanciada na CPLP e no Brasil por parte de Portugal e na Ibero-América, e no Mediterrâneo do lado de Espanha. Apesar de tudo, no domínio da segurança e defesa, a cooperação entre Portugal e Espanha circunscrevia-se então, quase exclusivamente, às reuniões de Estados-Maiores Peninsulares, que se vinham desenvolvendo com grande valor simbólico (e mesmo prático) desde 1954.

Entretanto, com a queda do muro de Berlim em 1989, com a crescente interdependência entre todos os actores e depois com o recrudescimento das ameaças de carácter global, materializadas em 2001 com os ataques terroristas de 11 de Setembro, o sistema político internacional alterou-se significativamente, com consequências ao nível do reforço das relações entre os dois países ibéricos. No novo contexto internacional, não existem Estados que sejam capazes de, isoladamente, responderem a todas as ameaças que justifiquem o emprego da força, o que incrementa a lógica das cooperações bilaterais e multilaterais e o peso das organizações internacionais de segurança. Numa primeira fase, após o fim da “ordem dos pactos militares” e mesmo após a reacção inicial aos ataques de 11 de Setembro, os EUA assumiram-se como a potência hegemónica e indispensável num mundo de natureza unipolar,

altura em que tanto Portugal como Espanha se tornaram apoiantes explícitos da potência marítima dominante. Esta mesma opção estratégica pela potência marítima (que constitui uma tradição na História de Portugal) reforçou, de modo directo e indirecto, as relações entre Portugal e Espanha, desde a área política e económica à própria segurança e defesa. Portugal e Espanha transformaram então as suas Forças Armadas<sup>3</sup> e passaram a participar activamente em operações de manutenção da paz, ao abrigo de várias “bandeiras”, desde a UEO à NATO, passando pela ONU. Nos diferentes *fora*, Portugal e Espanha acabavam por ter posições mais ou menos concertadas, “partilhando inclusivamente as mesmas opções fundamentais em defesa externa e política de segurança”<sup>4</sup>. Através desta ligação privilegiada ao nível da segurança e defesa, os dois países reforçaram as suas relações noutros âmbitos, que se materializaria nas diferentes cimeiras luso-espanholas, sobretudo depois de Badajoz, em 2007 (e que adiante desenvolveremos). Por outro lado, o facto de Portugal e Espanha terem reforçado as suas relações bilaterais com os EUA e a sua participação na NATO, deu-lhes sinergias ao nível da valorização de interesses específicos em áreas como a América Latina e África. Neste período, a Espanha teve um crescimento económico de tal modo significativo que a tornou numa espécie de “ilhéu de poder”<sup>5</sup> e que a colocou ao nível das maiores potências mundiais, convidada inclusivamente para participar nas reuniões do G20.

Entretanto, com o desgaste dos EUA no Iraque (em resultado da decisão unilateral), durante o segundo mandato da administração Bush, a postura norte-americana tornou-se mais multilateral e outros actores internacionais começaram a destacar-se. Com o acentuar da crise económica e financeira em 2008, outros pólos de poder reforçaram a sua capacidade de intervenção nos destinos do Mundo, deslocando de forma assinalável, ainda que não definitiva, o centro de gravidade do poder mundial do Atlântico para o Pacífico. Para além dos EUA e da Rússia, também a Índia, a China, a União Europeia e o Brasil, passaram a dominar blocos políticos regionais num sistema político internacional assumidamente de transição. Neste novo enquadramento geopolítico e geoestratégico, a Península Ibérica fica mais afastada do centro de gravidade mundial, não só em face do deslocamento do poder mundial para a Ásia-Pacífico, mas também em função do alargamento da União Europeia

---

<sup>3</sup> Efectivamente, a comparação das actuais Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança dos dois países, com aquilo que se passava há cerca de 20 anos, apresenta-nos realidades completamente distintas, decorrentes de reformas profundas ao nível da organização, do pessoal, do equipamento e da doutrina.

<sup>4</sup> Cfr. João Mira Gomes, “Discurso de Encerramento da XXIV Conferência Internacional de Lisboa: Portugal e Espanha Vinte Anos de Europa”, Lisboa, 17 de Novembro de 2006, p. 3.

<sup>5</sup> Cfr. General Loureiro dos Santos, As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem, Reflexões sobre Estratégia VI, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2009, p.37.

para Leste. Portugal (assumidamente euro-atlântico) e Espanha enfrentam agora novos desafios que devem ser transformados em oportunidades, utilizando e usando as suas potencialidades e ligações privilegiadas às novas potências em ascensão. Portugal e Espanha vêm enfrentando as ameaças de cariz global, com a mesma determinação, no espaço nacional ou exterior, sempre na defesa dos interesses nacionais directamente associados à segurança das suas populações. Por outro lado, Portugal e Espanha enfrentam actualmente uma grave crise económica, política e social, fruto de debilidades estruturais, que por indução externa e em resultado da relação fronteiriça os torna cúmplices.

Independentemente da evolução dos cenários estratégicos ou do nível de execução das tendências estratégicas,<sup>6</sup> no futuro próximo Portugal e Espanha continuarão a reforçar a concertação das respectivas posições no plano internacional. Este relacionamento privilegiado entre Portugal e Espanha continuará a reflectir a resposta a um Mundo em que a cooperação bilateral e multilateral (sobretudo ao nível da União Europeia e da NATO) constitui o instrumento mais adequado para se atingirem objectivos políticos e estratégicos.

Há que saber articular esse posicionamento estratégico, onde Portugal e Espanha se transformaram em verdadeiros produtores da segurança e estabilidade, à luz da mesma identidade de valores e princípios, mas também de presenças, posições e interesses muito específicos, que reforçam a indispensável dualidade política ibérica.

## **2.b. Ameaças: da visão institucional às percepções**

Os “aceleradores da mudança” (*drivers of change*), utilizados recentemente pelo *Allied Command for Transformation* da NATO no âmbito do *Multiple Futures Project*,<sup>7</sup> constituem as variáveis (associadas às dinâmicas que fazem mover o Mundo dos próximos anos)<sup>8</sup> utilizadas para o levantamento de cenários. Os quatro cenários<sup>9</sup> entretanto seleccionados pela NATO foram confrontados com diferentes ameaças e riscos, no âmbito da comunidade internacional, dos Estados e da própria NATO. Na sequência desse trabalho, foram então identificadas as implicações, ao nível da segurança e da defesa militar, para os países e para a NATO. Com esta recente metodologia, foram dados novos contributos para o planeamento estratégico da NATO, mas também para o levantamento das capacidades militares e policiais dos países e da organização.

<sup>6</sup> Cfr. António Barrento, *Da Estratégia*, Tribuna, Lisboa, pp. 300-311.

<sup>7</sup> Cfr. NATO, *Multiple Futures Project: Navigating Towards 2030*, Final Report – April 2009, in [http://www.iris-france.org/docs/pdf/up\\_docs\\_bdd/20090511-112315.pdf](http://www.iris-france.org/docs/pdf/up_docs_bdd/20090511-112315.pdf), consultado em 1-5-2010.

<sup>8</sup> Foram identificados nove aceleradores da mudança: Fricção; Integração; Assimetria; Alteração das capacidades dos Estados; Escassez de recursos; Competição de ideologias e visões do Mundo; Alterações climáticas; Uso da tecnologia; e Demografia (incluindo migrações e urbanismo).

<sup>9</sup> 1.*Dark side of exclusivity*; 2.*Deceptive Stability*; 3.*Clash of Modernities*; 4.*New power politics*.

Para Portugal e Espanha, estes aceleradores da mudança deverão ser alvo de um acompanhamento muito cuidado, em especial a “competição de ideologias e visões do Mundo”, as “alterações climáticas” e a “demografia”, mormente se associadas à posição geográfica de Portugal e Espanha relativamente a um Norte de África, acentuada em pleno Mediterrâneo, por um verdadeiro *clash* demográfico entre o Norte rico mas velho e o Sul pobre mas jovem.

Num momento de mudança do sistema político internacional,<sup>10</sup> em que vivemos em simultâneo as crises financeiras, de recursos, de valores, de lideranças, demográfica e ambiental, é mais fácil identificar os aceleradores da mudança, de âmbito mais estrutural, do que as ameaças e riscos, mais conjunturais e crescentemente globais, desmilitarizadas e transnacionais.

A ameaça entendida como todos os acontecimentos ou iniciativas, resultantes da evolução de factores contextuais ou das opções de um adversário ou inimigo, que coloquem em causa as potencialidades e/ou as vulnerabilidades do Estado, constitui actualmente uma espécie de tabu, entre outras razões, pela impossibilidade da sua identificação, pela sua diversidade e pela imprevisibilidade do seu combate (sendo o produto de uma capacidade por uma intenção – também ao nível das assumpções). Mesmo os Estados mais poderosos têm, hoje, grandes dificuldades em fazer face a todas as ameaças,<sup>11</sup> desde as mais perigosas às mais prováveis, assumindo riscos, largamente dependentes das prioridades assumidas por estrategos e estrategistas. Por outro lado, em face do crescente domínio das ameaças globais,<sup>12</sup> como o terrorismo transnacional ou as armas de destruição em massa, os Estados vêm assumindo a partilha de soberania (reforço das relações bilaterais e multilaterais) para garantirem mais segurança a nível global,<sup>13</sup> regional e mesmo estatal (e noutra metodologia a própria segurança humana).

Os riscos, que têm sido crescentemente associados às ameaças, devem incluir, não só as ameaças não salvaguardadas por capacidades, mas também os acontecimentos ou as acções não desencadeados por actores pensantes (a “dialéctica de vontades” de Beaufre), como as

---

<sup>10</sup> Cfr. António José Telo, “Um Mundo que Mudou”, *Nação e Defesa*, nº 120, Verão 2008, 3ª Série, pp. 9-26.

<sup>11</sup> Independentemente de poder ser atenuada por um planeamento estratégico rigoroso, por um serviço de informações eficiente e pelo aumento dos graus de prontidão para fazer face aos diferentes cenários.

<sup>12</sup> Cfr. João Vieira Borges, “Portugal e as Novas Aplicações da Segurança e Defesa”, *Revista Negócios Estrangeiros*, Instituto Diplomático, Nº 12, 12 Janeiro 2008, Lisboa, pp. 76-92.

<sup>13</sup> Para as Nações Unidas (“*A More Secure World*”, in [www.un.org/secureworld](http://www.un.org/secureworld), consultado em 1-5-2010) a ameaça de cariz global é entendida como “qualquer acontecimento ou processo que leva à perda de vida ou a reduções de expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional”.

catástrofes naturais (em algumas escolas de pensamento estratégico, os riscos são incluídos naquilo que se designa por perigos – quando existe capacidade mas não intenção).

Apesar de Portugal e Espanha serem países vizinhos, de ocuparem um mesmo espaço geopolítico, de pertencerem às mesmas Organizações Internacionais e de comungarem os mesmos valores e princípios, têm especificidades que levam os decisores e os cidadãos dos dois países a terem percepções diferentes das ameaças e riscos.

## **2.b. (1) Da Visão Institucional das Ameaças**

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro),<sup>14</sup> documento estruturante do ciclo de planeamento estratégico português,<sup>15</sup> as ameaças e os riscos para a comunidade internacional e para Portugal são descritas ao longo de todo o documento, sendo caracterizadas, com especial pormenor no capítulo específico das “ameaças relevantes”, a saber: a agressão armada ao território nacional, à sua população, às suas forças armadas ou ao seu património; o terrorismo, nas suas variadas formas; o desenvolvimento e a proliferação não regulados de armas de destruição em massa, de natureza nuclear, radiológica, biológica ou química; o crime organizado transnacional; os atentados ao nosso ecossistema, incluindo a poluição marítima, a utilização abusiva dos recursos marinhos nas águas sob a nossa responsabilidade e a destruição florestal.

Com excepção da (pouco provável) agressão armada ao território nacional e da especificidade ligada ao mar (poluição e utilização abusiva dos nossos recursos), todas as restantes ameaças relevantes são de cariz global. Neste documento, tal como na recente Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto), que contempla ainda as epidemias, como a gripe A, as ameaças incluem os acontecimentos naturais que potencialmente possam colocar em causa a prossecução e rentabilização das potencialidades do País, integrando na mesma linha conceptual os denominados riscos (e perigos). Um dos aspectos mais inovadores desta Lei n.º 53/2008 está contemplado no seu artigo 35.º, que destaca a colaboração das Forças Armadas “em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da Lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [SGSSI] e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas [CEMGFA] assegurarem entre si a articulação operacional”. Os vários actores da segurança interna (forças e serviços de segurança, mas

---

<sup>14</sup> O novo ciclo de planeamento estratégico de defesa nacional terá o seu reinício a partir de 2011, e será devidamente concertado com o novo conceito estratégico da NATO, com o Tratado de Lisboa e com o pacote legislativo recentemente aprovado (que inclui, entre outras, a Lei Orgânica de Bases das Forças Armadas, a nova Lei de Programação de Infra-estruturas Militares e a Directiva Ministerial de Defesa 2010-2013).

<sup>15</sup> Ver as considerações pertinentes sobre este tema em: General Loureiro dos Santos, *Op. Cit.* pp. 295-298.

também os serviços de informações da república portuguesa, a autoridade marítima, a autoridade aeronáutica, a protecção civil, o planeamento civil de emergência, a polícia judiciária, e as próprias Forças Armadas) actuam agora de modo mais integrado e coordenado (apesar de não haver um conceito estratégico de segurança nacional, que deveria ser mais abrangente do que o actual CEDN).

Para o General Loureiro dos Santos (p. 297), entre as sugestões de ameaças para um próximo “Conceito Estratégico de Segurança Nacional” podiam ainda ser incluídos os constrangimentos políticos, económicos, financeiros, mediáticos, de comunicações e militares, a disrupção dos nossos sistemas informáticos, as dependências [económicas e energéticas] excessivas, o esbatimento dos valores morais e culturais e a reduzida autonomia científica e tecnológica. É uma visão mais actual das ameaças e riscos e também mais consentânea com a realidade e com as respostas a dar no sentido do reforço da massa crítica nacional.

Em termos legais, assistimos a uma evolução conceptual da segurança<sup>16</sup> e defesa<sup>17</sup> em Portugal, numa perspectiva de maior complementaridade entre uma segurança não circunscrita ao valor e condição da nação (mas também a acções que garantem a paz das pessoas e a liberdade das instituições, ao nível estatal, regional e global) e uma defesa que se traduz no conjunto de acções, militares e não militares (de *hard e soft power*) que visam fazer face a diferentes ameaças e riscos, garantindo a segurança, nos seus diferentes níveis. Apesar das diferenças conceptuais e de alguma indefinição legal, ao nível das acções desenvolvidas diariamente no terreno, existe uma enorme cumplicidade que se tem traduzido na construção de um estado de segurança e na respectiva manutenção por um conjunto de actores e instrumentos, crescentemente integrados e coordenados.

No caso de Espanha, a grande referência em termos de planeamento estratégico é a *Revisión Estratégica de la Defensa*, publicada pelo *Ministerio de Defensa* em 2003, documento estruturante, orientado como visão até 2015, e que podemos situar ao mesmo nível

---

<sup>16</sup> Desde o neorealista Kenneth Waltz que define a segurança como uma função primordial do Estado, a Malcolm Evans que a entende como ausência de ameaça a recursos vitais, existem inúmeras visões da segurança (individual, estatal, comum, colectiva, global...). O conceito é demasiado “ambíguo e perturbador relativamente ao edifício político estratégico”. Cfr. José Manuel Freire Nogueira (coord.), *Pensar a Segurança e Defesa*, Edições Cosmos e IDN, Lisboa, 2005. pp. 77-80.

<sup>17</sup> Os diferentes conceitos de defesa, associam-na à capacidade de resistir a ataques (na linha de defesa militar), mas também a uma capacidade do Estado e dos cidadãos assegurarem, com todos os meios e medidas, militares ou não, a protecção dos recursos considerados vitais para a integridade e estabilidade de um indivíduo, grupo, estado ou grupo de estados, sejam esses recursos de carácter militar, político, económico, social ou cultural.



do CEDN. Identifica, de modo particularmente transparente, os interesses vitais de Espanha,<sup>18</sup> (para além dos estratégicos e outros) respectivamente: a contribuição para a projecção de estabilidade através da NATO e da União Europeia; a manutenção da paz e do equilíbrio no Mediterrâneo; a manutenção da liberdade de intercâmbios e de comunicações; a segurança dos recursos básicos; o desaparecimento do terrorismo; a recuperação da soberania de Gibraltar. O documento já utiliza com frequência a expressão segurança e defesa, ao abrigo dos novos paradigmas decorrentes do 11 de Setembro de 2001, colocando-a a três níveis distintos e inter-relacionáveis: o nacional, o regional e o internacional. Na sequência destes interesses, a *Revisión Estratégica de Defensa*, só identifica o terrorismo como uma ameaça ao País e aos cidadãos espanhóis. Relativamente aos riscos principais que colocam em causa os interesses vitais de Espanha, o mesmo documento destaca novamente o terrorismo global (exterior), mas também a proliferação das armas de destruição em massa, a instabilidade nas cidades espanholas de Ceuta e Melilla, o estreito de Gibraltar (que constitui uma linha de comunicação fundamental) e a “presença colonial britânica” em Gibraltar (que limita o exercício da soberania). São depois caracterizados outros riscos menores, de que se destacam as agressões ao meio ambiente, os movimentos migratórios extraordinários e não controlados, e os ataques cibernéticos.

A *Ley Orgánica de la Defensa Nacional* de 2005,<sup>19</sup> que adequou a estrutura e as funções das Forças Armadas, para fazerem face aos novos desafios do cenário internacional e às mudanças produzidas na própria sociedade espanhola, caracteriza também as ameaças e riscos, dando especial protagonismo ao terrorismo internacional.

Tanto em Portugal como em Espanha, discute-se actualmente a possibilidade de aprovação de uma Estratégia de Segurança Nacional, com uma visão mais global dos interesses e das capacidades do Estado e de como os salvaguardar e aplicar. Esta visão assenta num conceito de segurança mais global, acima da segurança interna e da defesa nacional, na linha da terminologia anglo-saxónica que se impôs nas Organizações Internacionais como a própria NATO e na linguagem utilizada pela imprensa internacional e mesmo nos dois países. Deste modo, a protecção já não incluiria somente o catálogo das ameaças e riscos (que adiante

---

<sup>18</sup> No CEDN (que curiosamente não se refere a Espanha - à semelhança da *Revisión Estratégica*, que também nunca se refere a Portugal), são desenvolvidos os valores permanentes da defesa nacional.

<sup>19</sup> A jusante, na *Directiva de Defensa Nacional*, que tem por objectivo estabelecer as linhas gerais da política de defesa e as directrizes para o seu desenvolvimento, e na *Directiva de Política de Defensa* 1/2009, que tem como fim a determinação das grandes linhas gerais de actuação e o estabelecimento de directivas precisas para o planeamento da defesa (respeita o disposto na Ordem Ministerial 37/2005, de 30 de Março, relativa à regulação do processo de Planeamento da Defesa), não existem grandes desenvolvimentos quanto às ameaças e riscos.

desenvolveremos), como também os próprios fenómenos que os provocam ou agravam (os aceleradores da mudança...) e mesmo os riscos pouco prováveis, mas que podem causar sérios danos às sociedades avançadas.<sup>20</sup>

A análise dos principais documentos do ciclo de planeamento estratégico dos dois países leva-nos a concluir que, quanto às ameaças e riscos, são dominantes aquelas de cariz global, casos do terrorismo internacional, do crime organizado transnacional, da proliferação das armas de destruição maciça e dos atentados ao ecossistema. Entre as ameaças e riscos de carácter regional e estatal, transparecem preocupações diferentes para Portugal e Espanha. Portugal, em face da localização e configurações geográficas, tem uma preocupação maior no que respeita ao mar e ao crime organizado, em especial ao nível do tráfico de droga, das redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas. Por outro lado, Espanha elege claramente o terrorismo como ameaça e risco específico, seja por parte de organizações de cariz internacionalista oriundas no Norte de África, seja por parte de organizações de matriz nacionalista ou regional como a ETA. No caso espanhol, as situações de Ceuta, Melilla e Gibraltar, são ainda motivo de preocupações muito especiais, alargadas em função de uma realidade geopolítica muito própria do Estreito e do Mediterrâneo.

Entretanto, outras ameaças globais, não contempladas nos documentos espanhóis e portugueses, têm emergido nos últimos anos, nomeadamente a pirataria,<sup>21</sup> as ciberameaças, o “risco de penúria energética”, as pandemias e mesmo a crise financeira e económica internacional, que poderá constituir um risco pelas possíveis consequências ao nível de conflitos sociais e políticos internos extensíveis a conflitos de âmbito regional e global.

Como veremos adiante, os dois Estados da Península têm sabido enfrentar tanto as ameaças e riscos institucionais como as decorrentes de novas conjunturas, com políticas de prevenção e novas respostas de âmbito unilateral, mas também bilateral e multilateral, tendo como pressuposto valores e princípios consignados na carta das Nações Unidas e o assumir de responsabilidades no que respeita à manutenção da segurança nacional, regional e global.

## **2.b. (2) As Percepções das Ameaças e Riscos**

As percepções dos cidadãos relativamente às ameaças e riscos, consolidadas por instrumentos mais ou menos científicos, como os inquéritos de opinião, representam uma

---

<sup>20</sup> Cfr. Felix Arteaga, “Roadmap for a Spanish National Security Strategy”, ARI 112/2008, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/>, consultado em 12-5-2010.

<sup>21</sup> Que tem constituído uma ameaça crescente à marinha mercante internacional e que já levou a Marinha Portuguesa a um empenhamento considerável na costa da Somália no âmbito da *Standing Naval Force of NATO*.

“fotografia” muito próxima da realidade, facto que os estrategistas e os estrategos não podem nem devem deixar de considerar. De facto, num Mundo em constante mudança torna-se fundamental que o planeamento estratégico tenha em atenção a interacção entre a racionalidade estratégica e a percepção social.<sup>22</sup>

Uma das “fotografias” mais credíveis na União Europeia é o Eurobarómetro, que no seu *Special Eurobarometer 290*<sup>23</sup> nos transmite algumas dessas percepções das ameaças:

- Quando questionados para escolherem três entre oito possíveis acções ou políticas, os europeus destacaram a luta contra o terrorismo (50%), a luta contra o crime organizado (48%) e a protecção dos direitos humanos, inclusivamente das crianças (35%) relativamente às demais;
- Apesar da maior percentagem global, a luta contra o terrorismo só foi a primeira escolha de 4 países (destaque para Espanha com 60% - Portugal com 39%), enquanto a luta contra o crime organizado foi escolhida como primeira prioridade por 16 dos 27 países membros (Espanha com 29% e Portugal com 52%).

Nos mais recentes inquéritos realizados pelo *Real Instituto Elcano* (os Barómetros de Novembro de 2009 e de Março de 2010)<sup>24</sup> e em onze possíveis respostas à questão “Que ameaças considera mais importantes?”, os resultados foram os seguintes: crise financeira internacional (69 e 61%); terrorismo internacional (55 e 52%); aquecimento global (55 e 40%); desenvolvimento de armas nucleares pelo Irão (40% em 2009 e 2010); imigração ilegal em Espanha (40 e 39%); situação no Afeganistão (38 e 37%); armas nucleares na Coreia do Norte (37 e 36%); fundamentalismo islâmico (36 e 38%); situação no Paquistão (33 e 32%); conflito entre Israel e a Palestina (27 e 24%).

Num inquérito realizado à população portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas, no âmbito do projecto “As Forças Armadas Portuguesas Após a Guerra Fria”,<sup>25</sup> em onze possíveis respostas à questão “Que problemas poderão afectar a segurança dos portugueses?”,

---

<sup>22</sup> Cfr. Felix Arteaga, *El Planeamiento de la Defensa y Seguridad en España*, Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2007, p. 43.

<sup>23</sup> Cfr. European Commission, “Special Eurobarometer 290; The role of the European Union in Justice, Freedom and Security Policy Areas”, Junho de 2008, in [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_290\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_290_en.pdf), consultado em 1-5-2010.

<sup>24</sup> Cfr. Real Instituto Elcano, “Barómetro del RIE, 22ª Oleada; Resultados de Noviembre de 2009”, Madrid, Dezembro de 2009, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/BarometroDelRIElcano>; “Barómetro del RIE, 23ª Oleada; Resultados de Febrero-Marzo de 2010”, Madrid, Março de 2010, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/BarometroDelRIElcano>, consultados em 1-5-2010.

<sup>25</sup> Cfr. Helena Carreiras, “Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas”, CIES/ISCTE, Lisboa, Outubro de 2009, in <http://fa.cies.iscte.pt/content/news/inquerito>, consultado em 9-5-2010.

os resultados foram os seguintes: grave crise económica mundial (84,2%); crime organizado (79,2%); actos terroristas (68%); catástrofe ecológica (65%); epidemias (60,4 %) <sup>26</sup>; catástrofe natural (55,9%); acidente nuclear (55,8%); conflitos étnicos e religiosos (55,6%); produção de armas de destruição em massa (55,4%); guerra civil (55,4%); guerras entre Estados (54,6%).

O resultado destes três inquéritos realizados em Espanha e em Portugal, no período de 2008 a 2010, indica-nos a existência de uma percepção generalizada de maior periculosidade das ameaças e riscos de cariz global. A preocupação dos cidadãos portugueses e espanhóis concentrou-se prioritariamente nas questões mais objectivas que os afectavam de imediato, como a crise económica e financeira. No caso dos espanhóis, é compreensível uma percepção de que a maior ameaça continua a ser o terrorismo (as questões não incluíram outras ameaças e riscos específicos, como Ceuta, Melilla e Gibraltar) enquanto, para os portugueses, a luta contra o crime organizado (redes de tráfico de estupefacientes e de apoio à imigração ilegal) constitui a maior preocupação, logo seguida do terrorismo. No entanto, as questões do foro ambiental são ainda alvo de uma preocupação muito especial por parte dos dois povos, o que se compreende ao conjugar-mos as consequências do aquecimento global com a grande proximidade relativamente ao Norte de África.

Estas percepções, com excepção da crise económica e financeira, vão ao encontro das ameaças definidas nos documentos estratégicos e sobretudo das prioridades assumidas no combate do dia-a-dia pelos diferentes actores da segurança e defesa, o que não exclui a necessidade de se fazerem leituras mais rigorosas, a bem de uma maior eficiência e eficácia do processo de decisão.

### **3. Instrumentos de Segurança e Defesa Bilaterais<sup>27</sup>**

Após cerca de 23 anos de conferências de Estados-Maiores Peninsulares (com especial ênfase para a realização de exercícios combinados e para a formação), que conseguiram ultrapassar diferentes períodos das relações entre Portugal e Espanha, foi assinado um Tratado de amizade e cooperação a 22 de Novembro de 1977,<sup>28</sup> entre os Primeiros-ministros Mário

---

<sup>26</sup> Valor sobrevalorizado pelo facto de que, durante o inquérito, a gripe A ter estado em fase de crescimento.

<sup>27</sup> Os dados constantes neste capítulo foram obtidos através das páginas electrónicas do MDN (<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/>) e do MAI (<http://www.mai.gov.pt/>). Algumas informações, com maior grau de confidencialidade, foram fornecidas ao autor pela DGPDN/MDN, pelo Gabinete do SGSSI e na sequência de conferências efectuadas no IDN ao Curso de Defesa Nacional, pelo CEMGFA e pelos Ministros da Defesa, da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, durante os meses de Abril e Maio de 2010.

<sup>28</sup> Resolução n.º 59-A/78, publicada no Diário da República Iª Série, Número 98, de 28 de Abril de 1978.

Soares e Adolfo Suárez. Este Tratado tem como objectivo fortalecer os vínculos de amizade e solidariedade entre os dois Estados, que deveriam favorecer “a cooperação militar entre as Forças Armadas, dando particular atenção aos intercâmbios de pessoal, à realização de cursos, à comparação de experiências sobre métodos de instrução, assim como à execução de exercícios combinados”, acção que deveria ser coordenada na sequência das reuniões periódicas dos Estados-Maiores Peninsulares.

Com o incremento das relações bilaterais após a entrada na CEE (consolidadas pelas Cimeiras de Chefes de Estado), houve necessidade de articular as diversas acções desenvolvidas ao nível da defesa e que em muito já ultrapassavam os Estados-Maiores Peninsulares, o que viria a ser feito a 26 de Outubro de 1998, com a assinatura de um novo protocolo de cooperação entre os Ministérios da Defesa dos dois países.

Entretanto, as sucessivas cimeiras de chefes de Estado vieram reforçar a qualidade do relacionamento entre Portugal e Espanha, com especial realce para a cimeira de Badajoz de 2007, na qual Portugal propôs a criação de um Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa (CLESD), entendido como um novo modelo de cooperação bilateral a nível político para a segurança e defesa, o qual acabaria por ser aprovado na XXIII Cimeira de Braga, em 2008. Nesta cimeira, os dois Governos reiteraram o seu decisivo empenho no combate ao terrorismo, na luta contra a imigração ilegal e contra todas as formas de criminalidade internacional organizada. Fazem parte do CLESD os Primeiros-Ministros, os Ministros dos Negócios Estrangeiros, os Ministros da Defesa Nacional e os CEMGFA dos dois países. O CLESD, que tem por objectivo dar um enquadramento institucional e uma visão estratégica à cooperação bilateral na área da segurança e defesa, teve a sua primeira reunião em Janeiro de 2008, na referida Cimeira de Braga. As propostas apresentadas pela comissão preparatória (que prepara as reuniões anuais) resultaram em acções que estão a ser desenvolvidas por quatro Grupos de Trabalho, respectivamente:

- Diálogo Político-Estratégico<sup>29</sup> (ao nível dos Directores-gerais de política de defesa nacional);
- Diálogo Político-Diplomático (ao nível dos Directores-gerais de política externa – o mais recente);

---

<sup>29</sup> Termos de referência assinados em Madrid a 6 de Novembro de 2008, com destaque para a cooperação no âmbito da análise político-estratégica, da partilha de informação sobre os processos de planeamento da política de defesa, e de novos conceitos de cooperação bilateral e multilateral.

- Cooperação em Armamento e Indústrias de Defesa<sup>30</sup> (ao nível dos Directores-gerais de armamento);
- Estados-Maiiores Peninsulares<sup>31</sup> (ao nível dos CEMGFA e dos CEM dos três Ramos das Forças Armadas, que dão continuidade à 54ª conferência a realizar em 2010).

O CLESD constituiu um enorme salto qualitativo no estabelecimento de uma verdadeira e estruturada parceria estratégica luso-espanhola. Os dois Primeiros-Ministros referiram em Braga que a nova estruturação do diálogo bilateral sobre segurança e defesa representava “um virar da página na capacidade conjunta de influenciar e marcar a agenda internacional de interesse para os dois países”, no âmbito da NATO, da UE e da participação em missões internacionais. Na XXIV Cimeira de Zamora, que teve lugar a 22 de Janeiro de 2009,<sup>32</sup> realizou-se o II CLESD, no âmbito do qual se assinaram declarações sobre a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países, com destaque para o programa de intercâmbio na formação de oficiais, que daria origem a um grande empenhamento dos dois países no âmbito do *Erasmus* Militar da União Europeia (o primeiro seminário foi organizado por Portugal em 2009 e o segundo por Espanha, em 2010). Outras acções foram desenvolvidas em áreas muito diversificadas, desde a saúde ao ambiente, passando pelos negócios estrangeiros, pela cultura, trabalho, justiça, ciência e tecnologia, energia, infra-estruturas, economia e administração interna. Por outro lado, este trabalho de cooperação tem resultados directos, mas também indirectos, como as decisões facilitadoras da participação conjunta e combinada no âmbito da União Europeia, caso da participação portuguesa no *Battlegroup* em *Standby* do 2º semestre de 2010, que tem como *framework nation* a Espanha, situação que será invertida no primeiro semestre de 2011.

As actividades mais ligadas aos Ministérios da Administração Interna ou do Interior, bem como aos sistemas de segurança interna dos dois países, foram incrementadas com especial acuidade depois da apreensão de material explosivo da ETA, numa vivenda nos arredores de Óbidos, no passado dia 5 de Fevereiro de 2010 (e da captura de dois membros daquela organização alguns dias antes). Os dois governos reforçaram e aceleraram as

---

<sup>30</sup> Termos de referência assinados a 24 de Novembro de 2008, que contemplam “trocar opiniões e harmonizar posições”, “cooperação entre estruturas e organizações similares”, e “promoção do diálogo industrial e a cooperação entre empresas do sector da defesa”.

<sup>31</sup> Termos de referência assinados a 2 de Junho de 2008, com o objectivo de promover e fortalecer a cooperação militar entre as Forças Armadas de Portugal e Espanha (sobretudo ao nível da troca de informação, da formação, da interoperabilidade e do treino conjunto e combinado) e com quatro subgrupos de trabalho: conjunto; forças terrestres; forças navais; forças aéreas.

<sup>32</sup> A XXV Cimeira, que terá lugar em Elvas, foi adiada para o início do segundo semestre de 2010, em função do empenhamento de Espanha na presidência do Conselho da UE até 30 de Junho de 2010.

diferentes acções, com especial empenho no combate ao terrorismo, à imigração ilegal e a todas as formas de criminalidade internacional organizada. Entre as diversas acções entretanto desenvolvidas destacam-se:

- Criação e implementação de seis Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) nas zonas fronteiriças (Marvão/Alcântara, Quintanilha/Alcanices, Caia/Elvas, Tui/Valença, Vilar Formoso/Fuentes e Castro Marim/Ayamonte), que juntam diferentes forças e serviços de segurança dos dois países;
- Criação do Grupo de Cooperação Policial (GCP- primeira reunião a 25 de Março de 2010) entre Portugal e Espanha,<sup>33</sup> com a presença de representantes das forças e serviços de segurança e coordenado pelo SGSSI de Portugal e pelo Secretário de Estado da Segurança de Espanha (foram criados dois sub-grupos: um dirigido para a luta contra a ETA e o terrorismo islâmico; outro vocacionado para o combate contra o crime organizado transnacional);
- Extensão das áreas sem autorização prévia de assistência mútua (15 km) ao nível da protecção civil, no caso de incêndios florestais nas zonas fronteiriças;
- Disponibilização de um catálogo de meios e equipamentos comuns, a empregar em casos de catástrofe ou emergência;
- Proposta de criação de equipas mistas de investigação criminal para fazerem frente à ameaça terrorista.

Em resumo, podemos salientar o incremento, em qualidade e quantidade, dos instrumentos de cooperação na área da segurança e defesa entre Portugal e Espanha. Apesar das soluções inovadoras, materializadas no CLESD ao nível da defesa, e nos CCPA e GCP ao nível da segurança interna (como complemento de vários mecanismos internacionais – casos do Frontex, Europol e Eurojust), entendemos que ainda não se caminhou verdadeiramente para a integração do conjunto das acções a desenvolver no âmbito da segurança e defesa, entre outras razões, por limitações legais, estruturais e organizativas dos dois lados da fronteira. O CLESD é claramente dominado pela defesa, havendo ainda uma fronteira (mais

---

<sup>33</sup> Com o objectivo de "operacionalizar os mecanismos de cooperação em diferentes áreas e domínios de actuação policial", na sequência da assinatura de um memorando de entendimento sobre cooperação policial e segurança interna a 23 de Fevereiro de 2010. O acordo abrange, ainda, diferentes áreas da segurança, como a criminalidade grave e violenta, terrorismo, controlo de estrangeiros, tráfico de seres humanos e de estupefacientes.

teórica do que prática) com a segurança interna, que poderia ser atenuada, a bem de um planeamento mais integrado de todas as acções. Por outro lado, os níveis político, estratégico e operacional nem sempre são bem definidos, o que tem dificultado a execução, situação que tem sido ultrapassada com dedicação, empenho, profissionalismo e solidariedade de ambas as partes.

#### **4. Instrumentos de Articulação de Políticas e Estratégias**

Para que existam políticas e estratégias exequíveis e credíveis, é fundamental articular os vários instrumentos criados e desenvolvidos nos últimos anos e que acima caracterizámos.

Antes de identificarmos alguns contributos para uma melhor articulação, é necessário identificarmos pressupostos de nível político e estratégico, no âmbito das relações entre Portugal e Espanha: a partilha de uma mesma visão estratégica do Mundo tendo por base os valores e os princípios consignados na carta das Nações Unidas; o empenhamento conjunto no combate contra ameaças e riscos de carácter global que afectem os povos dos dois países, casos do terrorismo e do crime organizado; a mais-valia dessas acções concertadas na relação com outros actores, nomeadamente com a União Europeia e a NATO; a salvaguarda dos interesses nacionais e de especificidades próprias; a necessidade do incremento de práticas de boa vizinhança e de múltipla cooperação, não só no âmbito bilateral, mas também multilateral; a contribuição, directa e indirecta, para a manutenção da paz e da segurança internacional de acordo com os interesses, capacidades e prioridades de cada Estado.

Ao assumirmos a existência de pressupostos a montante de opções políticas e estratégicas comuns aos dois lados do “equilíbrio peninsular”, entendemos melhor as ameaças e riscos, sejam elas de cariz global ou específico. Analisadas então as ameaças e riscos e confrontadas com as acções a desenvolver por cada País, de modo isolado, ou no âmbito de relações bilaterais e multilaterais, chegamos facilmente à conclusão de que existe um espaço considerável para o reforço e criação das acções e instrumentos de segurança e defesa. Este espaço tem sido ocupado de modo crescente e com uma visão inovadora, mas nem sempre integradora, ou mesmo de acordo com as novas metodologias.

Eis então os contributos que poderão ser desenvolvidos ao nível da cooperação bilateral da segurança e defesa entre Portugal e Espanha:



- Integração das acções desenvolvidas pela administração interna, no âmbito do CLESD, com a inclusão de dois novos Grupos de Trabalho, um relacionado com a cooperação policial (que incluía os CCPA e os GCP) e um outro com a protecção civil, modalidade que implicaria o alargamento da composição aos Ministros da Administração Interna (do Interior em Espanha);
- Integração e coordenação mais centralizada de um conjunto de actividades bilaterais na área da segurança e defesa desenvolvidas por outros organismos (caso das relações IDN/CESEDEN ao nível de projectos de investigação conjuntos, da cimeira Ibero-America, da formação conjunta dos CDN e dos Cursos de Altos Estudos da Ibero-América, etc.);
- Hierarquização das acções políticas (ao nível dos conceitos estratégicos, e das cimeiras – chefes de Estado), estratégicas (ao nível do CLESD, dos CCPA e dos GCP – Ministros e Secretários de Estado) e operacionais (subgrupos, acções no terreno – directores gerais), de modo a melhor clarificar os diferentes instrumentos de actuação;
- Monitorização das acções desenvolvidas, de modo a introduzir as lições aprendidas e a corrigir as acções em função da sua resposta a novas ameaças e riscos;
- Aprovação, por Portugal, de uma estratégia nacional de contraterrorismo, na sequência de um compromisso com a União Europeia e a bem da segurança da Península Ibérica como um todo;
- Simplificação da articulação dos vários actores da segurança e defesa, como vem acontecendo no combate ao crime organizado (caso das vastas apreensões de droga que têm sido feitas nas praias do Algarve, com a participação da polícia judiciária, das forças e serviços de segurança e das forças armadas dos dois países<sup>34</sup>).

Todos os contributos são poucos face à dimensão e à qualidade do trabalho em desenvolvimento e, muito especialmente, à importância da segurança e defesa para o bem-estar dos cidadãos portugueses e espanhóis e para o desenvolvimento dos dois países.

---

<sup>34</sup>A operação “Aleluia”, desencadeada pela unidade de combate ao tráfico de estupefacientes da PJ, em coordenação com a directoria do Sul e com a unidade de controlo costeiro da GNR, teve o apoio da guarda civil de Espanha e da Marinha de Guerra e da Força Aérea Portuguesa. Anunciada no dia 14 de Maio de 2010, esta operação levou à apreensão de duas toneladas de haxixe em Lagos depois de, a 4 de Maio, terem sido apreendidas quatro toneladas na Praia da Figueira.

## 5. Considerações Finais

Portugal e Espanha fazem hoje parte de um sistema político internacional dominado pela globalização da informação, da economia, da cultura e também das ameaças e riscos, que colocam em causa a segurança e defesa dos Estados, das Regiões e do próprio Mundo em mudança. Comungando espaços, organizações, valores e princípios, os dois países do “equilíbrio peninsular” assumem ameaças e riscos muito semelhantes, assim como especificidades decorrentes da história, da geopolítica e da realidade social. Deste modo, Portugal e Espanha, que têm uma fronteira terrestre e marítima que constitui simultaneamente a fronteira da própria União Europeia e em certa medida da NATO, são hoje verdadeiros produtores de segurança internacional enfrentando, em conjunto, algumas das ameaças de cariz regional e global, como o terrorismo e o crime organizado, sem deixarem de defender os seus interesses.

Neste enquadramento político e estratégico, as relações de cooperação bilateral entre os dois países, sofreram um considerável reforço nos últimos anos, na sequência das cimeiras luso-espanholas de Badajoz, Braga e Zamora, altura em que foram introduzidos vários mecanismos em diferentes áreas que, por sua vez, aumentam a capacidade conjunta de influenciar e marcar a agenda internacional de interesse para os dois países. No que respeita à segurança e defesa, a criação do CLESD alterou significativamente a qualidade e organização da cooperação bilateral a nível da defesa, a par de uma série de acções inovadoras no âmbito da segurança interna, como os CCPA e os GCP.

Ao nível das relações bilaterais no âmbito da segurança e defesa entendemos que se podem ainda viabilizar novos instrumentos, apesar do excelente trabalho desenvolvido nos últimos anos. Entre estes, destacamos o alargamento do CLESD à área da segurança interna, assim como uma maior e melhor articulação entre todos os actores, a nível simultaneamente interno e bilateral, o que reforçaria a eficiência e eficácia das acções contra as ameaças e riscos que mais preocupam os dois países.

É tempo de Portugal e Espanha normalizarem o corpo conceptual da segurança e defesa, e de incluírem conceitos de acção estratégicos nas suas futuras “Estratégias de Segurança Nacional” que reflectam, sem traumas nem tabus, a cooperação bilateral em curso. E estes devem incluir, no mínimo, o necessário “reforço da capacidade de afirmação de Portugal e de Espanha através de instrumentos de cooperação políticos, estratégicos e operacionais, que do ponto de vista da segurança e defesa salvaguardem a segurança dual, regional e global”.

Tendo em atenção que estão em causa ameaças e riscos de carácter regional e global, que interferem com a vida de 55 milhões de cidadãos que vivem nos dois países Ibéricos, os instrumentos de cooperação políticos, estratégicos e operacionais ao nível da segurança e defesa devem ter obrigatoriamente em consideração que a defesa da nossa afirmação e dos nossos interesses constitui o bastião da nossa sobrevivência enquanto Estados independentes e soberanos.

### **Bibliografia (Citada Relevante):**

- ARTEAGA, Félix, e LAGOVA, Enrique Fojón, El Planeamiento de la Defensa y Seguridad en España, Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, Madrid, 2007, in <http://www.iugm.es/publicaciones/publicaciones.htm#planea>, consultado em 7-5-2010.
- ARTEAGA, Félix “La Estrategia de Seguridad Interior de la Unión Europea”, ARI 75/2010, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/>, consultado em 14-5-2010.
- “Roadmap for a Spanish National Security Strategy”, ARI 112/2008, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/>, consultado em 12-5-2010.
- BARRENTO, António, Da Estratégia, Tribuna, Lisboa, 2010.
- BORGES, João Vieira, “As Novas e Antigas Ameaças: Percepções, Realidade e Prospectivas”, Revista Militar, nº 2494, Novembro 2009, Lisboa, pp. 1425-1438.
- “As Novas Perspectivas da Segurança na Europa”, Nunca de Antes, IDN e Prefácio, 2009, Lisboa, pp. 115-118.
- “Portugal e as Novas Aplicações da Segurança e Defesa”, Revista Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, Nº 12, 12 Janeiro 2008, Lisboa, pp. 76-92.
- CARREIRAS, Helena, “Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas”, CIES/ISCTE, Lisboa, Outubro de 2009, in <http://fa.cies.iscte.pt/content/news/inquerito>, consultado em 9-5-2010.
- CHISLETT, William, “España y Portugal: de vecinos distantes a socios incómodos”, Documento de Trabajo (DT) 46/2004, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/>, consultado em 9-5-2010.
- COUTO, Abel Cabral, Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso, 2 Vols., (s/l), IAEM, (s/d).
- DUARTE, António Paulo, O Equilíbrio Ibérico; Séc. XI-XX, História e Fundamentos, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2003.

- EUROPEAN COMMISSION, “Special Eurobarometer 290; The role of the European Union in Justice, Freedom and Security Policy Areas”, Junho 2008, in [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_290\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_290_en.pdf), consultado em 1-5-2010.
- GOMES, João Mira, “Discurso de Encerramento da XXIV Conferência Internacional de Lisboa: Portugal e Espanha Vinte Anos de Europa”, Lisboa, 17 de Novembro de 2006.
- IEEE, “Estrategia Española de Seguridad: Seminário «El Contexto Estratégico de la EES»”, Dossier de Apoyo nº.01/2010, in <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/2010/>, consultado em 3-5-2010.
- IEEE e CITPax, Los nuevos paradigmas de la seguridad, Madrid, 2009.
- MOURA, Álvaro Mendonça e, “Regiões Transfronteiriças; Um Enorme Potencial por Explorar”, in Portugal Global, AICEP, Número Especial, Janeiro 2010.
- MOREIRA, Adriano Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso, Prefácio, Lisboa, 2004.
- NATO, Multiple Futures Project; Navigating Towards 2030, Final Report – April 2009, in [http://www.iris-france.org/docs/pdf/up\\_docs\\_bdd/20090511-112315.pdf](http://www.iris-france.org/docs/pdf/up_docs_bdd/20090511-112315.pdf), consultado em 1-5-2010.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (coord.), Pensar a Segurança e Defesa, Edições Cosmos e IDN, Lisboa, 2005.
- SANTOS, General Loureiro dos, As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem, Reflexões sobre Estratégia VI, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2009.
- SGSSI, Gabinete do, Relatório Anual de Segurança Interna 2009, Lisboa, 2010, in <http://www.mai.gov.pt/index.php?s=actualidade&actualidade=165>, consultado em 1-5-2010.
- TELO, António José, “Um Mundo que Mudou”, Nação e Defesa, nº 120, Verão 2008, pp. 9-26.
- TELO, António José e GÓMEZ, Hipólito de la Torre, Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.
- TOMÉ, António J. V. de Almeida, “As Relações Portugal-Espanha num Mundo em Globalização”, Res-Publica, 2007, n.º 5/6, pp. 65-72.
- TORRES, Anselmo del Moral, “La cooperación policial en la Unión Europea: propuesta de un modelo europeo de inteligencia criminal”, ARI 50/2010, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/>, consultado em 2-5-2010.